

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO **(Do Sr. Sarney Filho)**

Requer a criação de subcomissão especial, nos termos que especifica.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno, a criação de subcomissão especial para averiguar problema de desmatamento irregular na terra indígena Araribóia, no Estado do Maranhão.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Estado de São Paulo denunciou no dia 25 de fevereiro próximo passado a ocorrência de problemas de desmatamento irregular na terra indígena Araribóia, dos índios Guajajaras, no Estado do Maranhão.

Na verdade, esse problema é muito antigo. Em 9 outubro de 1975, o próprio jornal O Estado de S. Paulo publicava a seguinte história: "Um grupo de índios guajajaras apreendeu no princípio desta semana 640

toras de madeira que estavam sendo retiradas ilegalmente de sua reserva, localizada no município de Grajaú. Enquanto Mário Murici (chefe do posto de Angico Torto) vinha a São Luiz comunicar o fato, trabalhadores da construtora EIT - proprietária de uma extensa área na divisa com a reserva indígena - convenceram os índios a negociar a madeira apreendida, que foi trocada por rádios de pilha, isqueiros, cigarros e pequenas quantias de dinheiro."

Hoje, o crime persiste. O cacique Edivaldo Souza Barbosa Guajajara, da comunidade Bela Vista, admite que os índios autorizaram a entrada dos madeireiros. Segundo o líder indígena, o dinheiro da extração ilegal da madeira será usado para comprar arame. Ele quer cercar a aldeia para impedir a fuga do gado e evitar futuros desmatamentos.

A Polícia Federal não atuaria nas ilegalidades que ocorrem na terra indígena Araribóia por falta de dinheiro e estrutura, segundo admitiu o superintendente do órgão em São Luís, Gustavo Ferraz Gominho, para o referido jornal: "Lá dentro, os índios se acham donos da terra, que é da União. Fazem o que querem. Os índios cobram para deixar os madeireiros entrar." Na visão do delegado, madeireiros e carvoeiros agem livremente porque a economia local depende deles.

Segundo afirma o padre Marcos Bassani: "Aqui inexistente o poder público. Tudo é feito como se fosse um faroeste: com um pouco de dinheiro e mínimo de coragem, eles reinam". Entre outras ilegalidades, com dinheiro, poder-se-iam comprar falsas ATPFs, problema já várias vezes investigado por esta Casa.

O Ibama, além de estar a mais de 200 quilômetros de distância, teria na área apenas dois técnicos em atividade. Falta ainda combustível e verbas nunca liberadas para deslocar a equipe.

Diante da extrema gravidade desses problemas, entendo que se faz plenamente justificável a criação de uma subcomissão especial no âmbito desta Câmara Técnica

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado Sarney Filho

REQUERIMENTO SUBCOMISSÃO.doc037